

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
FREDERICO HORTA	
Prefácio.....	11
FERNANDO RODRIGUES MARTINS	
Agradecimentos.....	15
PAULO ROBERTO SANTOS ROMERO	
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	19
Introdução.....	29
Capítulo 1. A invenção do corpo eletrônico como afirmação de valores em transformação e como suporte identitário da pessoa, no contexto tecnológico-disruptivo contemporâneo.....	45
1.1. O corpo eletrônico como meio de expressão da pessoa.....	50
1.1.1. A pessoa digital.....	54
1.1.2. Sobre o corpo eletrônico e se ele é “algo” ou “alguém”....	59
1.1.3. Corpo eletrônico: mais que veículo informático, direito da pessoa datificada.....	64
1.1.3.1. A mais delicada substância do <i>Homo digitalis</i> : seus dados pessoais sensíveis.....	67
1.1.3.2. Biometria e Tecnologias de reconhecimento.....	79
1.1.3.3. Sobre as senhas.....	96
1.2. A ambiência do corpo eletrônico: realidade virtual ou virtuali- dade real?.....	98
1.2.1. Contradição <i>versus</i> complementariedade entre as rea- lidades física e virtual: a totalização jurídico-existencial pela conjugação do “ <i>off-line – on-line – on-life</i> ”.....	102
1.2.2. Ciberespaço e dadosfera.....	106

1.3. As relações estabelecidas pelo titular do corpo eletrônico na dadosfera: conexões de pessoas datificadas ou interações intersubjetivas?	109
1.3.1. Conexão perversa: a causalidade sem contato	110
1.3.2. Desinformação e Inteligência Artificial em face da pessoa datificada	112
1.3.2.1. Desinformação na Internet	112
1.3.2.2. <i>Deepfake</i> produzida por Inteligência Artificial....	117
1.3.2.3. <i>Deepfake</i> como ciberinstrumento de ofensa ao corpo eletrônico	121
1.4. Núcleos fundamentais à gnose jurídica do corpo eletrônico	128
1.4.1. Corpo eletrônico e identidade	128
1.4.2. Corpo eletrônico e autonomia: a autodeterminação informacional.....	133
1.4.3. Corpo eletrônico e liberdades constitucionais.....	136
1.4.3.1. Liberdade de expressão	137
1.4.3.2. Liberdade de informação	140
1.4.3.3. Liberdade nas comunicações: confidencialidade nos sigilos telegráfico e telefônico, telemático e de correspondência	143
1.4.3.4. Liberdade existencial nas perspectivas da <i>privacy</i> e da extimidade.....	146
1.4.3.5. Liberdade à autorrealização	156
1.5. Primeira síntese intermediária	158
Capítulo 2. Proteção do corpo eletrônico pelas normas vigentes na ordem jurídica brasileira	163
2.1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, e Emenda Constitucional nº 115, de 10 de fevereiro de 2022	164
2.1.1. Proteção de dados como direito autônomo e a sua positivação entre os direitos e as garantias fundamentais na ordem jurídica brasileira	166
2.1.2. Sobre a proteção dos dados pessoais: direito real ou direito pessoal?	168

2.2. A tutela do corpo eletrônico diante da normativa de natureza extrapenal.....	174
2.2.1. Principais marcos normativos brasileiros tangentes à tutela das informações.....	174
2.2.2. Marcos normativos brasileiros concêntricos à disciplina das informações e a proteção dos dados.....	175
2.2.2.1. Lei do <i>Habeas Data</i>	175
2.2.2.2. Lei dos Direitos Autorais.....	176
2.2.2.3. Lei de Acesso à Informação.....	177
2.2.2.4. Marco Civil da Internet	178
2.2.2.5. Lei da Identificação Civil.....	183
2.2.2.6. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	184
2.2.2.7. Lei da Assinatura Digital.....	192
2.2.2.8. Lei do Governo Digital	192
2.2.2.9. Lei das Criptomoedas.....	193
2.2.2.10. Lei da Educação Digital.....	194
2.3. A destutela do corpo eletrônico em face das tipificações penais vigentes na ordem jurídica brasileira	195
2.3.1. Convenção de Budapeste.....	196
2.3.2. A criminalidade informática em espécie.....	200
2.3.2.1. Crimes contra sistemas de informação	200
2.3.2.2. <i>Hacking</i>	202
2.3.2.3. Crimes contra a honra no ciberespaço	206
2.3.2.4. <i>Cyberbullying</i>	207
2.3.2.5. <i>Cyberstalking</i>	210
2.3.2.6. <i>Scamming</i>	211
2.3.2.7. Crimes contra a dignidade sexual no ciberespaço...	213
2.3.2.8. Exfiltração de dados	221
2.3.2.9. Ciberterrorismo e ciberatentados contra o Estado Democrático de Direito.....	222
2.3.2.10. Outras modalidades de crimes perpetrados nos meios digitais	223
2.3.2.11. Outras disposições de interesse jurídico-penal eventualmente relevantes à discussão do tema central, tipificados no Código Penal	224

2.3.2.12. Outras disposições de interesse jurídico-penal pertinentes ao tema central, esparsos em distintas legislações extravagantes.....	236
2.4. Um sinal normativo importante em defesa da tutela penal do corpo eletrônico.....	248
2.5. Segunda síntese intermediária.....	249
Capítulo 3. Estudo de casos: a proteção penal do corpo eletrônico em face da vigente ordem jurídica brasileira.....	255
3.1. Proposição de cinco casos penais.....	256
3.1.1. O caso da “brincadeira” entre velhos amigos.....	257
3.1.2. O caso dos “filhos pródigos”.....	258
3.1.3. O caso dos “novos” Naves.....	258
3.1.4. O caso da assinatura pela biometria facial.....	259
3.1.5. O caso do “trunfo” para o triunfo da virada eleitoral.....	259
3.2. Quatro indeclináveis premissas à resolução dos casos apresentados.....	259
3.2.1. A tutela de bens jurídicos como missão do Direito Penal e a sua relevância na exegese dos tipos penais e na solução de casos concretos.....	260
3.2.1.1. Visão geral.....	261
3.2.1.2. Demarcações em respeito à normatividade penal vigente.....	271
3.2.2. O princípio da <i>lex certa</i> como garantia de liberdade.....	272
3.2.3. O problema dos limites da interpretação evolutiva da lei penal.....	274
3.2.4. Ausência de previsão de responsabilidade penal de pessoas jurídicas.....	282
3.3. Resolução dos casos apresentados no item 3.1, supra, empreendida à luz da normatividade penal brasileira <i>de lege lata</i>	289
3.3.1. Caso 1.....	289
3.3.2. Caso 2.....	297
3.3.3. Caso 3.....	304

3.3.4. Caso 4.....	307
3.3.5. Caso 5.....	320
3.4. Crítica à [(im)possível] resolução dos casos propostos.....	323
3.5. Terceira síntese intermediária.....	325
Capítulo 4. <i>De lege ferenda</i> : tutela penal específica e suficiente ao corpo eletrônico na ordem jurídico-penal brasileira.....	329
4.1. Apontamento do bem-jurídico candidato a objeto de tutela penal, desde o seu fundamento constitucional.....	331
4.2. Identificação do conteúdo de injusto referido aos atentados ao corpo eletrônico.....	337
4.3. Sem paternalismo: sobre o dever estatal de garantir máxima efetividade dos Direitos Humanos.....	341
4.3.1. Possibilidade de criminalização de injustiças derivadas de violações da autonomia.....	346
4.3.2. Instrumentalização da pessoa digital como indignidade fundamental.....	351
4.3.3. Gravidade jurídica inerente à conduta de manejo indevido de dados biométricos.....	352
4.3.4. Impossibilidade de exercício de autotutela dos direitos da personalidade violados em situações que envolvam o manejo indevido de dados pessoais biométricos.....	353
4.3.5. Consentimento como expressão da autodeterminação informacional.....	354
4.3.5.1. Natureza jurídica do consentimento jurídico-penal.....	356
4.3.5.2. Requisitos e condições de eficácia do consentimento jurídico-penal.....	358
4.3.5.3. O consentimento no Marco Civil da Internet e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	363
4.3.5.4. <i>Nudges</i> : licenças concedidas para atentados ao corpo eletrônico?.....	367
4.3.5.5. Consentimento e disposição do corpo eletrônico.....	371
4.3.6. Réplica à descontextualizada opinião de expansionismo penal.....	374

4.4. Proposta de disposições penais destinadas à especificidade dos desafios referentes à tutela do corpo eletrônico.....	378
4.4.1. Sobre os novos tipos incluídos no Título I da Parte Especial do Código Penal.....	383
4.4.1.1. Objetividade jurídica: a autodeterminação informativa (e seu principal corolário: o direito à exclusiva autoapresentação informacional).....	384
4.4.1.2. O crime de “Publicização indevida de dados pessoais sensíveis” (previsto no <i>caput</i> do art. 154-C) e a sua “Figura equiparada” (descrita no parágrafo único do art. 154-C).....	384
4.4.1.3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica (art. 154-D).....	388
4.4.1.4. Disposições Gerais.....	389
4.4.1.5. Nota alusiva ao concurso de leis penais.....	395
4.4.2. Sobre os novos tipos incluídos no Título XII da Parte Especial do Código Penal.....	396
4.4.2.1. Quanto aos parágrafos incluídos no art. 359-M do Código Penal.....	396
4.4.2.2. Quanto ao art. 359-Q – bis e parágrafos do Código Penal.....	398
4.5. Testagem da hipótese: legitimação principiológica dos tipos penais propostos.....	399
4.5.1. A proposta <i>de lege ferenda</i> diante do princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	401
4.5.2. A proposta <i>de lege ferenda</i> diante do princípio da legalidade.....	402
4.5.2.1. <i>Nullum crimen sine lege certa et stricta</i> (ou os seus corolários da taxatividade e da vedação da analogia).....	405
4.5.2.2. <i>Nullum crimen sine iniuria</i> (ou o princípio complementar da lesividade).....	406
4.5.3. A proposta <i>de lege ferenda</i> diante do princípio da racionalidade.....	409
4.5.4. A proposta <i>de lege ferenda</i> diante do princípio da proporcionalidade.....	412

4.5.5. A proposta de <i>lege ferenda</i> diante do princípio da intervenção penal mínima.....	416
4.5.6. Resolução, de <i>lege ferenda</i> , dos casos inicialmente apresentados.....	426
4.5.6.1. Caso 1.....	426
4.5.6.2. Caso 2.....	428
4.5.6.3. Caso 3.....	429
4.5.6.4. Caso 4.....	430
4.5.6.5. Caso 5.....	431
4.5.7. Crítica às soluções resultantes da aplicação dos tipos de <i>lege ferenda</i> e o rendimento deles em face das exigências do garantismo penal integral.....	432
4.6. Antes do fim.....	438
4.7. Quarta síntese intermediária.....	441
Conclusões.....	451
Referências.....	455